

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL.

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: O PROFESSOR COMO MEDIADOR DO
CONHECIMENTO UMA ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA.**

PATO BRANCO

2014.

ANA MARIA LOPES CONCEIÇÃO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: O PROFESSOR COMO MEDIADOR DO
CONHECIMENTO UMA ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA.**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Silvana Cassia Hoeller

PATO BRANCO

2014.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: O PROFESSOR COMO MEDIADOR DO CONHECIMENTO UMA ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA.

Ana Maria Lopes Conceição¹
Orientadora: Silvana Cassia Hoeller²
Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral

RESUMO

Este texto busca relatar sucintamente a trajetória da Educação do Campo no contexto educacional brasileiro, e analisar a prática educativa na Escola Estadual do Campo Gleci Regina Zanchett – Ensino Fundamental, situada no Município de Clevelândia- Paraná, fundamenta-se em textos sobre o tema e numa pesquisa realizada com professores e gestores da referida escola.

Partindo do pressuposto que a prática educativa não se resume somente ao trabalho realizado em sala de aula, esta pesquisa busca identificar como estão sendo tratados os elementos constituintes desta prática, na escola do campo já citada, tais como currículo, planejamento, o trabalho interdisciplinar, a formação do professor e a sua visão para o trabalho com os sujeitos do campo.

Entende-se que a educação do campo apresenta particularidades que são inerentes a sua realidade e que precisam ser consideradas dentro do trabalho executado na escola, por isso esta pesquisa objetiva confirmar se a Escola Estadual do Campo Gleci Regina Zanchett considera as especificidades do campo em sua prática educativa. Será demonstrado dados coletado junto à escola, professores e gestores.

Palavras-chave: educação do campo, prática educativa, educadores.

1 INTRODUÇÃO

A intenção neste texto é relatar a trajetória da Educação do Campo, as mudanças ocorridas, percebendo que a mesma é heterogênea no tocante à prática educativa em sala de aula e na gestão da escola.

¹ Formada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Letras de Palmas -Palmas PR, Especialista em Educação Espacial pela UNICENTRO- Guarapuava PR, Pós – Graduanda em Educação do Campo pela UFPR - Setor Litoral, Professora na Educação Básica.

² Formada em Agronomia pela UFPR, Mestre em Ciências pela UFPR, Professora Efetiva da UFPR.

Em decorrência do número de ocupações e assentamentos do MST (Movimento Sem Terra) em 1980, as questões que envolviam o campo ficaram evidentes, surgindo com isso a necessidade da construção de uma política educacional voltada a Educação do Campo.

Muda-se o olhar sobre o sujeito do campo, ele passa de atrasado que recebe uma educação urbanista, para merecedor de uma educação pensada para ele, com respeito as suas especificidades. Gerando assim, um novo paradigma para educação rural, o de Educação do Campo. O MST teve papel fundamental neste despertar e no repensar sobre o espaço educativo para os povos do campo. Apesar das mudanças sobre a Educação do Campo, sabe-se que em muitos locais a situação pedagógica e de estrutura escolar ainda não são adequadas, fato este que motivou a referida pesquisa, com a intenção de conhecer a realidade educativa da Escola do Campo Gleci Regina Zanchett, não para julgar, mas para pensar, refletir e entender como se processa a prática educativa na mesma, baseando-se na entrevista realizada com os envolvidos nesta prática, sobre currículo, planejamento e forma de trabalho.

O objetivo desta pesquisa é conhecer e relatar como se processa a prática educativa na escola já citada, e se a mesma vem ao encontro do que propõe o novo paradigma de educação do campo, pois como diz Arroyo (1999), cabe à escola interpretar os processos educativos que acontecem fora do ambiente escolar, fazendo uma síntese dos mesmos e organizando-os em projetos educativos.

Sabe-se que são muitos os percalços para os educadores realizarem uma prática educativa que atenda as necessidades dos sujeitos do campo, por isso investigar a prática educativa norteada pelas características dos elementos que a compõe é de suma importância para entender o que significa esta prática no contexto de uma escola formada por trabalhadores e trabalhadoras rurais assentados, como é o caso da escola estudada, que vivem no campo. Neste estudo entende-se que a educação visa o futuro do povo do campo, como afirma Paulo Freire (1985), “a questão da alfabetização implica numa reflexão sobre o social, onde a educação é um ato político aprendendo a ler o mundo, ler a cartilha, mas para melhor ler o mundo...”, esta é a leitura que se espera na educação dos filhos do campo que o educar seja igual a formar cidadãos no “lugar onde moram”, não através de escolas urbanas.

2 CAMINHOS CONTRUÍDOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do Campo tem sua trajetória histórica marcada por lutas, avanços e retornos, assim como outras modalidades educacionais, fruto de um processo histórico excludente e capitalista. Mesmo o Brasil sendo de origem agrária, a educação do campo precisou lutar para conseguir seu lugar dentro do cenário educacional. Essa constatação foi mencionada na seguinte observação, por Leite (1999 p.14):

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade

O fato da educação do campo ter sido relegada a segundo plano, deixou como herança um quadro de precariedade no tocante a elementos humanos, pedagógicos, estruturais, físicos e uma organização curricular descontextualizada no que diz respeito ao povo do campo.

Quando a luta pelo direito à escola passou a ser uma das reivindicações do MST, surge um novo olhar para essa parcela da população, para Caldart (2003), a Educação do Campo está sendo produzida neste movimento, nesta dinâmica social, que é também um movimento sociocultural de humanização das pessoas que dele participam.

Esta dinâmica social levou as políticas públicas a voltarem seus olhares para essa nova realidade, muda-se a terminologia empregada, de rural para NO e DO campo, o que imprime valorização e respeito.

Para CALDART 2002

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento por uma Educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Nessa mudança, ainda baseada em Caldart 2008, pode-se afirmar que o MST teve papel fundamental, intensificando uma antiga forma de luta do camponês, a

ocupações de terra. A questão agrária fez não somente governantes, mas a população perceber a existência deste grupo social.

Com a percepção deste novo paradigma, a educação do campo passa a ter sua materialidade educativa pautada pelos processos dos sujeitos coletivos. Nasce outro olhar para o campo, sobre seus diferentes sujeitos e sobre tudo ao papel do mesmo dentro de um projeto de desenvolvimento. Uma visão que considera “o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social” (FERNANDES, 2006, p.16).

A escola, neste contexto, é o caminho para as relações do saber produzido em diferentes práticas sociais e permite que o próprio conhecimento científico seja apropriado pelos educandos. (FRIGOTO, 2010).

Para a escola ser este espaço de formação do conhecimento, da cultura, valores e identidade, cabem a ela ações pedagógicas articuladas com um projeto de campo.

Neste contexto entendendo o campo como;

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas (...). (Fernandes et al., 2004, p.137).]

No campo educacional a LDB 9.394/96 foi a mola propulsora para mudanças significativas, nela há o reconhecimento da diversidade do campo, uma vez que vários artigos estabelecem orientações para atender a essa realidade, adaptando as suas peculiaridades, como os artigos 23, 26 e 28, que tratam tanto das questões de organização escolar como de questões pedagógicas.

Em seu artigo 28, a LDB estabelece as seguintes normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Percebe-se que a LDB foi um agente positivo na evolução educacional do campo, pois a mesma fez com que as escolas percebessem a necessidade de uma

educação pensada para a realidade do campo. Com base, nos dois anos (1994 a 1996) de atuação da pesquisadora como docente em escola de assentamento, sabe-se que normalmente as escolas do campo funcionavam dentro dos padrões urbanos, com planejamentos e práticas pedagógicas que continham pequenas ou nenhuma adaptação em relação as escolas urbanas. Acredita-se que se a LDB for entendida, conhecida e cumprida pelos envolvidos no processo educativo do campo, a educação ofertada pelas escolas do campo cumprirá sua função junto aos sujeitos do campo.

2.1 Políticas Públicas e alguns pressupostos de renovação pedagógica, para Educação do Campo.

Até este momento a trajetória política educacional voltada ao campo, teve avanços impulsionados pelos movimentos sociais, porém sua efetivação ainda deixa a desejar. Inicialmente tinha-se como preocupação e via-se como problema a localização geográfica e não as especificidades do povo do campo. Todas as mudanças na legislação educacional refletiram no campo.

Em 1932 através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, busca-se a organização da escola democrática com oportunidades a todos. Segundo, Saviani (1998, p.62) o ideal de escola para todos, não atingiu seu objetivo, pois atendeu novamente a classe dominante. De acordo com este autor a escola democrática neste momento privilegiou os já privilegiados e não os operários e o proletariado. No tocante a educação do campo Silva (2004), salienta que, após a década de 30 do século passado, a escola institucionalizou-se no campo, entretanto, esse processo se deu sem considerar a população à quem se destinava e o contexto onde estavam situadas as relações sociais, produtivas e culturais e a necessidade de formação sócio-profissional desse povo.

A LDB de 1961, pretendia conter o fluxo migratório do campo com a implementação de escolas fazendas e curso técnico agropecuário e em 1964 o governo militar reprimiu política e policialmente os movimentos da educação popular (SECAD-MEC 2007 p.16).

Só em 1980 entra em cena a educação do campo, ligada a organização da sociedade civil voltadas à educação popular, que idealizava a consideração das

particularidades culturais, sociais e necessidades específicas dos camponeses. Estavam aliados os sindicatos rurais, organizações ligadas a reforma agrária, MST, CPT, CONTAG, MEB, etc. Como fruto da mobilização social em 1988 a Constituição Federal deixa claro o compromisso de educação para todos, garantindo o direito e respeito à adequação e as singularidades culturais e regionais, os quais na LDB de 1996 foram determinados (SECAD-MEC 2007 p.15).

Em 1998 com o programa nacional de reforma agrária pensa-se na escola para jovens e adultos e a formação de professores para os assentamentos. (CESAR BENJAMIM 1999). Neste mesmo ano foi criada a Articulação Nacional por uma educação do campo que gerou ações voltadas à mesma, tendo como conquista duas Conferências Nacionais por educação básica do campo a de 1998 e a de 2004.

A I Conferência Nacional de Educação do Campo, realizada em 1998 proporcionou a criação do Movimento por uma Educação Básica do Campo dando início a mudanças no ensino das séries iniciais do ensino fundamental, surgindo assim um enfoque para organização escolar vinculado a identidade cultural, o tempo e o espaço do campo (SECAD-MEC, 2007).

A maior conquista foi a construção das Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo em 2002 pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002/CNE), contemplando as reivindicações dos movimentos sociais, reconhecendo as especificidades dos povos do campo no tocante a valorização, formação dos profissionais, adequação dos conteúdos e organização escolar.

As diretrizes definem a identidade da escola do campo

“pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País”. (Diretrizes operacionais para a educação básica do campo, 2002, p. 37).

Em 2004 ocorreu a II Conferência Nacional de Educação do Campo, foi um evento de grande relevância dentro do contexto educacional, chegando à concepção de educação do Campo. Na opinião de Caldart (2004, p.14) sobre a Educação do Campo, indica que se tratou do momento importante no qual se concretizou o desejo e a ação mesma de luta pelo direito de estudar, no campo “[...] jeito de lutar e pensar a educação para o povo brasileiro que vive e trabalha no e do campo”.

Demonstrando interesse pela educação do campo o MEC destinou em 2004 uma Coordenadoria Geral da Educação do Campo, responsável por esta instância educacional, inclusa na estrutura da esfera federal. Com a criação da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) vinculada a esta coordenadoria foi desenvolvida a Política Nacional de Educação do Campo, em 2004, implementada em cooperação com Sistemas Estaduais e Municipais de Ensino. “Essa política tem como eixos fundamentais: a Gestão dos Sistemas e das escolas, a Formação dos Profissionais da Educação do Campo, apoio a infraestrutura aquisição de equipamentos e materiais didáticos e Práticas pedagógicas” (BRASIL, 2009,p. 2).

No Estado do Paraná, com base em informações contidas no Portal **dia a dia educação** (www.educadores.diaadia.pr.gov.br), sabe-se que esta modalidade de educação segue a evolução nacional buscando dar atenção adequada a suas particularidades. Para auxiliar o docente em sua prática pedagógica fica a disposição para acesso no site citado, os Cadernos Temáticos 1 e 2 - Educação do Campo; o 1 contempla um histórico para melhor entendimento da trajetória desta modalidade educacional, e o 2 exemplos de práticas pedagógicas que foram realizadas em escolas do campo. Também estão disponíveis para auxiliar na construção das propostas educativas para o campo as DCEs (Diretrizes Curriculares, 2006) que dão orientação para o currículo do campo.

De acordo com o mesmo site, sabe-se que o Paraná conta com a Escola Itinerante que acompanha o deslocamento das famílias Sem Terra e garante às crianças, jovens e adultos acampados o direito à educação. A parte documental é realizada por escolas bases. Conta também com o programa, ProJovem Campo - Saberes da Terra, que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental.

Com base nestes indicativos, entende-se que no Estado do Paraná, a Educação do Campo recebe a atenção que merece com uma política educacional voltada aos sujeitos do campo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada tomando como referência THIOLENT (2009), ela se caracteriza por uma pesquisa de natureza qualitativa e que busca as informações por meio do questionário escrito que está no anexo, aplicado em fevereiro de 2014, o autor sugere que se façam entrevistas semiestruturadas, inclusive com perguntas bem abertas.

Alguns dos resultados coletados através dos questionários é que compõem o conteúdo deste texto. Na primeira parte, foram identificados alguns elementos teóricos que sustentam o trabalho, tendo como fonte de pesquisa livros, documentos oficiais entre outros, que agregam referenciais que vêm sendo privilegiados na discussão da Educação do Campo para maior entendimento sobre a mesma.

4 CARACTERÍSTICAS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO GLECI REGINA ZANCHETT DA CIDADE DE CLEVELÂNDIA

Sob a luz do que foi discutido sobre a identidade dos sujeitos do campo pensa-se então, que a proposta educativa do campo deve ser dos e não para os sujeitos do campo, mesmo que historicamente as políticas e propostas educativas na maioria tenham sido feitas para o meio “rural” e poucas vezes com ou pelos sujeitos do “campo”.

Na visitação da pesquisadora a Escola Estadual do Campo Gleci Zanchett, foi possível perceber que o prédio, que também é utilizado no turno contrário pela Escola Municipal Projeto Butiá, necessita de melhorias, mas é uma escola acolhedora.

A escola surgiu para atender alunos do assentamento Projeto Butiá, organizado pelo MST, e hoje atende alunos de outro assentamento ainda não nominado. Os alunos são filhos de pequenos produtores, de trabalhadores do campo e de um assentamento próximo, muitos enfrentam a distância que separam suas casas e a escola. No momento da pesquisa, os professores eram todos da

zona urbana. Do assentamento que deu origem a escola, de acordo com as informações da professora 04 restou poucas famílias, muitos venderam suas terras.

4.1 Alguns Elementos do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual do Campo Gleci Regina Zanchett

Analisando o PPP, percebe-se que há ênfase nos aspectos humanos, pautado no diálogo, respeito às iniciativas e competências de cada um dos segmentos, na busca da realização do objetivo proposto que é ofertar um ensino de boa qualidade ao aluno do campo, no qual a harmonia deve ser um fator primário, onde o estudante será beneficiado.

Prevê participação da comunidade, que está representada pelas instâncias colegiadas, APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários), Conselho Escolar e Grêmio Estudantil. A Formação continuada é ofertada aos diversos profissionais da educação desta instituição através de cursos, palestras, encontros, etc., oferecidas pela SEED. A mesma pode ser individual ou coletiva, possibilitando um aprofundamento teórico e o aperfeiçoamento docente, focado no cotidiano escolar. (PPP,2014 p.27)

De acordo com a redação do PPP, consta que:

- O Projeto Político-Pedagógico expressa os princípios que fundamentam e organizam toda a prática pedagógica através das quais são subsidiadas as decisões, a condução das ações, dos programas desenvolvidos no estabelecimento de ensino, os impactos destes sobre o processo de ensino aprendizagem, bem como a análise dos seus resultados.(PPP,2014 p.2)

Com a análise do PPP, constata-se que a escola trabalha dentro dos preceitos de uma escola democrática, que prevê a participação de toda a comunidade escolar nas decisões e que seu trabalho é pautado no aluno, respeitando as especificidades dos sujeitos do campo. Entende-se que o PPP fornece o subsídios para organização da prática pedagógica da referida escola.

4.2 A prática no Cotidiano Docente

A prática educativa observada foi da aula de ciências do 6º ano. A professora elegeu como problemática da aula a higienização corporal e do vestuário, tiveram outras práticas no período da visita, porém no olhar da pesquisadora esta vem ao encontro do que preconiza a LDB, no tocante a adequação do conteúdo as reais necessidades e interesses dos alunos do campo, ela estimula a fala e o diálogo para organizar o pensamento.

A aula parte do questionamento sobre o local onde fazem a higienização pessoal e dos vestuários. Todos do assentamento fazem uso da água de um riacho, relatam ser barrenta. Como solução para está problemática surgiu à ideia da captação da água da chuva que é limpa. A professora procurou trabalhar saberes ecológicos, princípios relacionados ao local onde vivem de maneira a servirem de exemplos a outras pessoas. Percebe-se que os saberes trabalhados não se fecham nos saberes disciplinares, mas nos que se somam a outros.

A prática observada vem ao encontro dos objetivos já discutidos anteriormente no texto, propostos na educação do campo que é incentivar os sujeitos a pensarem e agirem com autonomia, de acordo com Caldart (2008), a educação do campo não se faz sem os sujeitos do campo, mas com eles.

Para o entendimento de como se dá a prática educativa, na escola pesquisada, as considerações são baseadas na observação, nos questionários e nas entrevistas dirigidas aos professores e gestores, sobre os elementos que a compõe, como: o Currículo, o planejamento, o uso da prática interdisciplinar, a relação aluno-professor-comunidade, dificuldades para prática educativa, conhecimento sobre as Diretrizes Operacionais da Educação Básica para Educação do Campo e o que significa para os mesmos educar crianças e adolescentes do campo.

Com a entrevista foi possível saber que todo o quadro de professores possui uma ou mais graduação, são pós-graduados em sua área de atuação e a pedagoga tem pós-graduação em Educação do Campo, alguns dizem sentirem falta de formação na área de educação do campo, mas como são na maioria professores do processo seletivo, fazem trocas constantes de escolas e atuam nas escolas urbanas e do campo. Então, acabam tendo a maior carga horária na escola urbana e fazendo a formação continuada na mesma.

Constatou-se que quando questionados sobre currículo, há unanimidade em afirmar a necessidade de adequação do mesmo à realidade do aluno do campo, que se diferencia da do meio urbano, conforme respostas dos professores. O professor 01 afirma que: *“as diretrizes curriculares são específicas para as escolas do campo”*. Já o professor 03 respondeu que *“o currículo é diferenciado porque traz propostas que buscam atender suas necessidades”*. E o professor 05 respondeu: *“porque a realidade do currículo do campo é diferente do currículo da cidade, sendo assim, são feitas algumas mudanças”*.

Alguns informaram que há Diretrizes Curriculares específicas para a escola do campo, porém não deixaram claro que a proposta curricular utilizada tem como base as DCEs do campo do Estado do Paraná, mas sim que é adequada a realidade local.

Já no item planejamento alguns, informaram que se reúnem no início do ano letivo, com os demais professores do campo para a estruturação do mesmo, seguindo orientações da SEED/PR, conforme resposta do professor 01: *“no início do ano letivo as escolas do campo (3 no município) se reúnem e fazem o planejamento sob a orientação da SEED/PR”*.

Há dentre os entrevistados, os professores que atuam no campo e cidade e optaram por planejar com os demais das escolas urbanas, nas respectivas disciplinas, utilizando como base os livros didáticos das escolas urbanas, mas salientam que procuram adaptá-los a realidade dos alunos do campo, como se pode conferir nas falas abaixo:

Professor 02: Na verdade o planejamento é feito como nas escolas urbanas, utilizamos os mesmos livros didáticos das escolas urbanas, porém, professor e equipe pedagógica procuram adaptar a realidade dos alunos.

Professor 05: É realizado de acordo com a realidade dos alunos, segue-se os conteúdos programados que são adaptados conforme os alunos.

Professor 06: É feito com os professores na cidade, seguindo as DCEs das disciplinas.

Com base nas entrevistas, demonstram estarem conscientes da responsabilidade pelo planejamento das ações que iram desenvolver. Quanto à seleção de conteúdos o fazem de acordo com o nível da turma, e procuram partir sempre da realidade do aluno do campo, priorizando os que contribuam para formação destes.

Foi possível constatar que o calendário escolar é único no Estado, só difere as especificidades de cada Município. De acordo com o professor 01 *“o calendário é único no Estado. A LDB 9394/96 permite adotar o calendário sazonal, porém o Estado não dar autonomia para isto”*. O professor 03 afirma que *“o calendário segue o das demais escolas”*.

Com relação a prática interdisciplinar, percebe-se que ela ocorre na escola pesquisada, os professores dizem que têm trabalhado de forma integrada e citam que é uma ação que está presente nas discussões entre eles, para que o resultado da prática educativa seja cada vez mais eficaz e de qualidade, o que fica confirmado na resposta do professor 06 [...] os professores tem, cada vez mais, trabalhado integrados para que o resultado seja mais eficaz e de qualidade. E o professor 02 diz:

“A interdisciplinaridade é uma ação de constante discussão entre os professores do campo, já que nossa realidade permite ações em conjunto. Ela sempre parte da realidade dos alunos”.

Constata-se pelas respostas dos professores que as mesmas trabalham de forma interdisciplinar e acreditam que é um caminho para um trabalho educacional de qualidade na educação do campo.

Quando indagados como é a relação aluno-professor-comunidade as respostas são todas semelhantes com a do professor 02 que respondeu *“é possível conhecer cada um dos alunos, sua realidade e na medida do possível suas famílias por causa da distância”*. O professor 04 salienta que: *“levando em consideração o número reduzido de alunos, nesta escola, o relacionamento professor-aluno é muito bom, mas quanto professor comunidade é mais formal devido ao fator distância Escola /Comunidade.”* Percebe-se então que na escola pesquisada, devido a ser pequena é possível manter uma boa relação, conhecem a realidade dos alunos e procuram envolver a todos em todas as ações.

Também é possível perceber pela entrevista a questão comportamental dos alunos. Como respondeu o professor 05: *a relação professor-aluno é tranquila por ser uma escola do campo a cultura dos alunos é diferente dos alunos da cidade, onde o respeito é maior. A relação professor-comunidade trabalham juntos sempre com o objetivo de tornar a escola melhor.*

De acordo com o supracitado percebe-se que a relação com a comunidade é mais restrita, ocasionada pela distância escola e comunidade, mas quando solicitados à maioria são presentes e participativos.

Quanto às dificuldades encontradas na prática pedagógica, as entrevistas selecionadas permitem um panorama de quais são. Para o professor 02 *“por serem alunos de assentamento eles têm pouco acesso à leitura, livros, jornais, etc., em casa, e quando chove faltam e isso prejudica de certa forma a ação pedagógica”*.

Já o professor 04 aponta como dificultador da prática pedagógica: *“o fator tempo impede muitas vezes a realização de algumas práticas, sendo que os alunos são faltosos “causa” precariedade do transporte (estradas ruins)”*.

Diante o exposto verifica-se que um dos fatores que dificulta a prática pedagógica da escola está na falta dos alunos em dias de chuva, devido as estradas ruins, o que prejudica a ação e a realização de algumas práticas pedagógicas. O outro fator apontado pelos professores é a falta de estímulo em casa e de material didático adequado na escola. Pontos estes que para pesquisadora deixa claro a perda de conteúdos por parte dos alunos, tendo em vista, que tanto um fator como o outro são pontos delicados dentro da prática pedagógica, pois a presença permite que recebam os conteúdos programados e o estímulo que assimilem o que foi aprendido no ambiente escolar.

Um dado que chamou a atenção da pesquisadora, relatado pelo professor 04, foi que *“implantaram um lanche de chá com bolacha na chegada a escola, pois tem alunos que saem de casa às 5 horas da manhã e o longo tempo sem alimento impedia o envolvimento deles com a aula”*.

Quando questionados se conhecem as Diretrizes Operacionais da Educação Básica para Educação do Campo, somente duas responderam conhecer e terem estudado em uma semana pedagógica ofertada pelo Estado. O professor 01 afirma: *[...] estas já foram estudadas nas Semanas Pedagógicas que o Estado oferece semestralmente*. O professor 04 estudou em outro momento *“[...] foi estudado na Pós-graduação em Educação do Campo”*.

Tendo em vista a importância deste documento para a educação do Campo, entende-se que deveria ser de conhecimento de todos os professores que assumem aulas nas escolas de campo, mas devido a rotatividade de professores é um item que não se faz presente na escola pesquisada.

Sobre a questão o que significa educar crianças e adolescentes no campo, selecionou-se algumas respostas para explicitar:

“Professor 01: Educar nas comunidades do campo oportuniza um trabalho de intensificação da importância do homem do campo e sua permanência no campo.

Professor 02: Significa oferecer-lhes uma educação que capacite para o seu trabalho, uma educação que valorize a vida no campo, fazendo com que este aluno permaneça lá no meio rural.

Professor 03: É um trabalho importante porque os alunos trazem muitos saberes do campo que enriquecem a aula, e levamos para eles coisas novas “outro mundo” além do campo.

Professor 04: Ofertar uma educação de qualidade para que o aluno esteja inserido no contexto social em que vivem, com perspectiva de aperfeiçoar seu trabalho no campo e tendo direito a uma vida com qualidade e igualdade ao aluno da cidade”.

Constata-se que na Escola Estadual de Campo Gleci Zanchett, há preocupação dos professores com os sujeitos do campo, com sua educação, sua valorização no local onde residem e o direito a uma educação de qualidade, estando de acordo com o que foi discutido neste documento sobre a educação nas escolas de campo.

Através dos questionamentos, também foi possível caracterizar aspectos da prática do professor que indicam o envolvimento dos mesmos com a prática educativa do campo. Nele, o professor retrata o trabalho com temas que fazem parte do cotidiano da comunidade do campo, mais especificamente dos assentados, demonstram que abordam a trajetória de vida dos alunos, aproveitando seus saberes para enriquecer as aulas, fazem adaptações aos conteúdos dos livros didáticos e tentam desenvolver um trabalho participativo com os alunos.

A Escola de Campo Gleci Regina Zanchett trata-se de uma escola que busca conhecer as características dos trabalhadores rurais e envolve-las em suas práticas pedagógicas, tendo os professores como mediadores do conhecimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Está nascendo uma nova escola do campo, produzindo um desafio para os educadores que nela atuam realizar uma atuação com esta população sem descaracterizá-los. Para esse desafio ser superado terão que entender o contexto do campo, pensando como Paulo Freire, não posso ensinar aquilo que não sei, este

entendimento prevê conhecer a realidade do campo e promover uma educação pensada para essa realidade.

Com a Pesquisa confirmou-se o que diz Arroyo (2009) está sendo construída a Educação do Campo porque há um movimento social acontecendo, até porque a escola se vincula, às mudanças culturais que o movimento social provoca. E a Escola Estadual do Campo Gleci Regina Zanchett está nesse processo de construção, com alunos na maioria pertencentes a um movimento social (MST), com profissionais formados e em busca de informações sobre como melhorar a prática educativa e atender as necessidades dos alunos sem desconsiderar a sua identidade de morador e trabalhador do campo, bem como as dificuldades por eles enfrentadas para continuarem seus estudos.

Também por meio da pesquisa ficou claro que a prática educativa da Escola de Campo Gleci Regina Zanchett é pensada para os sujeitos do campo, é feita para eles e com eles. Tendo o professor como mediador do conhecimento, produzindo um trabalho educativo que venha a contribuir para a intensificação da importância do homem do campo e sua permanência no campo.

Na escola pesquisada ainda há um caminho a ser trilhado, para atender as necessidades dessa nova educação do campo que se fortalece a cada dia, mas demonstra estar no rumo certo pensando na adequação do currículo e do planejamento, bem como desenvolvendo práticas educativas de maneira interdisciplinar e vendo o aluno como sujeito do campo.

Acredita-se que a educação pode instrumentalizar o hoje, para o amanhã. Estes sujeitos farão história, irão trabalhar de forma sustentável no local onde vivem e para isso precisam de uma educação voltada ao despertar da importância do homem do campo e na defesa do modo de vida sustentável.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G., CALDART, R. S. e MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: 4ª Ed, Vozes, 2009.

BENJAMIN C., CALDART R.S. **Projeto popular e escolas do campo**. Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 3. Brasília, DF: Disponível em: file:///C:/Users/Ana%20Maria/Downloads/Vol%203%20Educao%20Bsica%20do%20Campo.pdf

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da educação**. Lei nº 9394, de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL, **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CORRÊA. R. A. **Práticas de Educação do Campo: uma experiência em construção**. Artigo 12 p. IFPA – Campus Tucuruí. Disponível em: <http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Rom%C3%A1rio-Aguiar-Corr%C3%AAa1.pdf> Acesso em 20/01/2014 às 11h39min

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____ **Pedagogia do Oprimido** 17 ed. Rio de Janeiro. Paz Terra 1987

_____ **A importância do ato de ler**. São Paulo: Vozes, 1985.

PARANÁ **Cadernos Temáticos 1 e 2 Educação do Campo**. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba 2006.

_____ **Diretrizes Curriculares**. Orientações para o Currículo na Educação do Campo. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba 2006

SOUZA. M. A. **Educação do campo: a produção do conhecimento na prática coletiva**. Disponível em:

www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/.../15_educacao_campo_cp8.pdf Acesso em :28/02/2014 23h17min

_____ **Educação do Campo: Propostas, Práticas Pedagógicas e Políticas**. Mesa Redonda: Educação, Trabalho e Movimentos Sociais do Campo. UTP. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a08.pdf> Acesso em 21/01/2014 as 11h56min

_____ **O movimento da Educação do Campo as Tensões na Luta por Um Direito Social e os Sinais da Construção de Políticas**. ECOS Revista Científica. São Paulo v.11 n°1 p. 36 a 59 Jan/Jun 2009. Disponível em:

http://www.uninove.br/pdfs/publicacoes/eccos/eccos_v11n1/eccos_v11n1.pdf
Acesso em 20/01/2014 23:17

REBOUÇAS. A. F. **A Escola do Campo e as Práticas Pedagógicas: Partilhando Saberes e Experiências na Realidade de Bananeiras/PB** -. Artigo Projeto Universitário da UFPB Campus III. Disponível em:
http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/4030b.pdf. Acesso 21/01/2014 11:42

ANEXO

Nome: _____

Formação: _____

Escolas que atua: _____

Na escola do campo em que você atua:

1) Como é feito o planejamento e a seleção dos conteúdos? _____

2) O currículo é diferenciado? Porque? _____

3) E o calendário segue as especificidades do campo? _____

4) A interdisciplinaridade se faz presente na prática educativa? De que maneira? _____

5) Como é a relação aluno-professor e professor-comunidade? _____

6) Quais as dificuldades encontradas na prática pedagógica? _____

7) Você conhece as Diretrizes Operacionais da Educação Básica para a Educação do Campo?

8) Tem algum curso de capacitação específico em Educação do Campo?

9) O que significa educar as crianças e os adolescentes das escolas do campo?